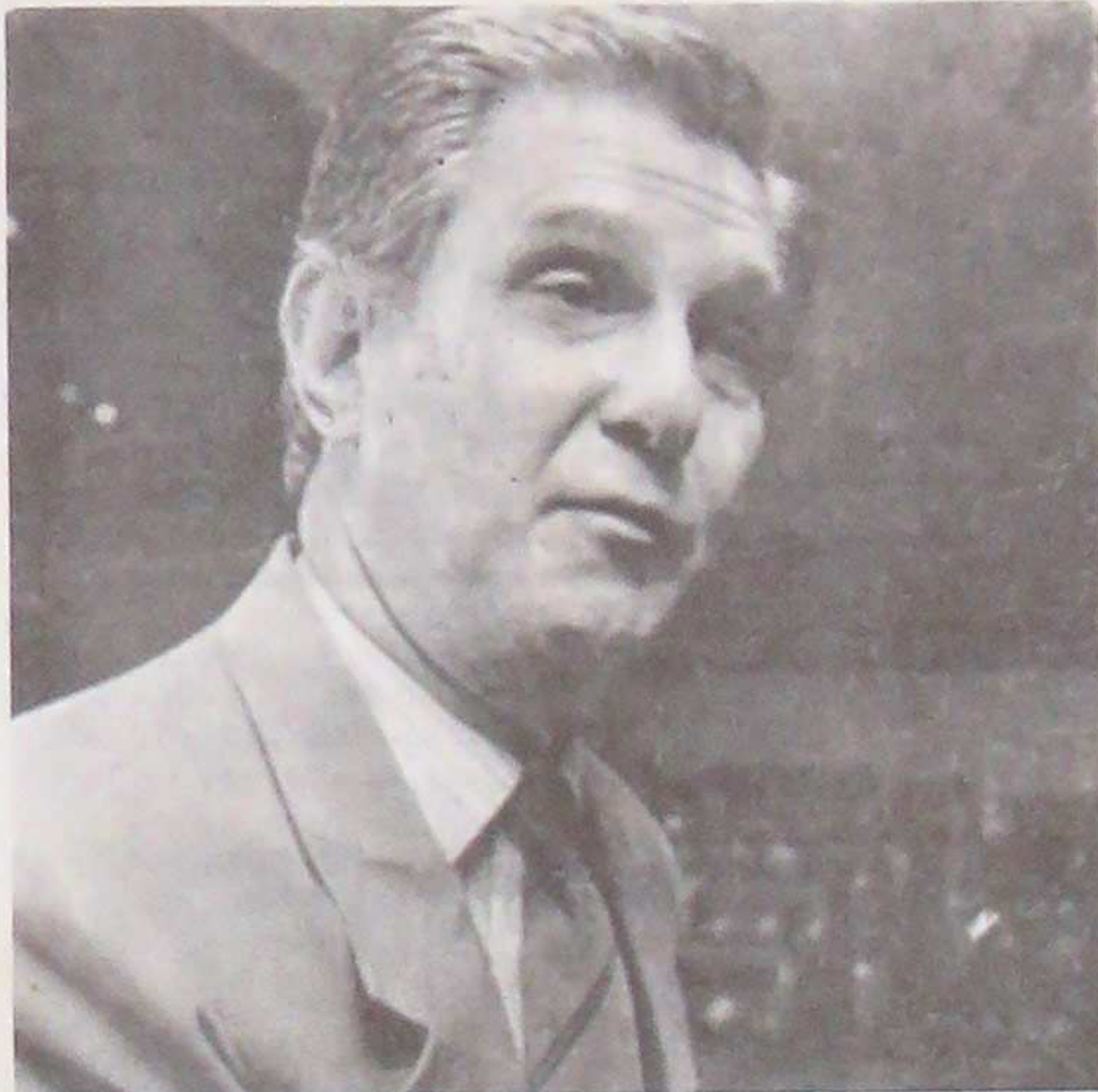


Líderes do governo e da oposição discutem salários

Por Helena Dalto

BRASÍLIA - Os líderes do governo e da oposição e o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, reúnem-se hoje, na residência do líder do PMDB, deputado Genebaldo Correa (BA), para negociar um acordo sobre política salarial, com votação marcada para a próxima terça-feira no plenário da Câmara. É possível que o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, também participe da reunião.

Os líderes do governo e da oposição não chegaram a um acordo sobre a prioridade para a votação em plenário durante reunião realizada quinta-feira, por mais de três horas na liderança do PMDB. Por esse motivo, os dois projetos da comissão de trabalho, administração e serviço público, que contam com apoio das oposições, serão apreciados juntamente com os dois projetos do governo. O que deverá ocorrer, de acordo com os líderes, e a votação, em plenário, de um requerimento de preferência, para decidir qual projeto será votado primeiro.



Ibsen Pinheiro, presidente da Câmara, espera o acordo

ACORDO

O presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), disse que, se houver acordo, poderá ser redigido um substitutivo sobre política salarial e salário mínimo. Esse novo projeto teria a função de substituir os do governo e da comissão de trabalho.

Enquanto não houver acordo em torno de um substitutivo, os partidos de oposição pretendem votar um requerimento de preferência para a votação dos projetos da comissão de trabalho. O presidente da comissão, deputado Amaury Muller (PDT/RS), disse

que os deputados da comissão já concordaram em ceder em três pontos para facilitar a negociação. Eles aceitam repor o resíduo inflacionário (diferença entre a inflação prefixada e a real) apenas no final do trimestre e não mais a cada mês.

Concordaram ainda que a reposição das perdas passadas seja reposta na época da data-base por negociação e não mais de forma obrigatória e integral como propunha a comissão, e aceitam proteger salários até determinada faixa, abandonando a proposta original de conceder reajustes automáticos

para todas as faixas salariais.

PROPOSTA

Em conversa com o ministro Jarbas Passarinho, pelo telefone, Amaury Muller falou sobre as propostas da comissão e os três pontos até então passíveis de negociação. Passarinho, segundo contou Muller, elogiou a disposição para o diálogo e disse que o fato de a comissão ceder nas suas propostas já é uma luz no fim do túnel.

Na reunião de quinta-feira, entre os líderes, o deputado Humberto Souto (PFL/MG), líder do

governo, continuou na defesa dos projetos do Executivo e disse que o governo ainda não lhe deu autorização para defender o salário mínimo de Cr\$ 40 mil. O PL e o PDS defenderam a elevação do mínimo para Cr\$ 40 mil e a proteção até a faixa de três salários mínimos.

São quatro os projetos de lei com prioridade de votação em plenário. O projeto nº 638, de autoria do Executivo, estabelece regras para o salário mínimo, concedendo reajustes semestrais (em março e setembro) pelo índice da cesta básica e aumento real de 5 por cento em junho e dezembro, o projeto manda incorporar o abono de agosto e institui uma antecipação a cada vez que o índice da cesta básica ultrapassar 10 por cento a contar do último reajuste semestral.

O projeto nº 1.169, da Comissão de Trabalho, fixa reajustes mensais para o salário mínimo, com base no custo de bens e serviços dos produtos de uma cesta básica a ser feita pelo IBGE e Dieese. Pelo projeto, o valor do salário mínimo estaria em Cr\$ 60 mil este mês.

Outro projeto da comissão é o de nº 1.168, que dispõe sobre a política nacional de salários, instituindo a prefixação e a correção mensal com o pagamento dos resíduos, a cada mês. O projeto nº 1.398, do Executivo, dispõe sobre negociação coletiva, com objetivo de facilitar o acordo entre empregados e empregadores. Para isso, institui mediação de árbitros antes que haja dissídio coletivo na Justiça Trabalhista e cobra multas que vão de Cr\$ 500 mil a Cr\$ 250 milhões para a parte que se negar a negociar ou dificultar os entendimentos.

Líder do PDT defende diálogo com o governo

BRASÍLIA - O senador Maurício Correa (DF), líder do PDT, defendeu, em pronunciamento no plenário, o estabelecimento de negociações entre o Congresso e o governo, visando a conclusão de um acordo para a votação da nova lei de política salarial e salário-mínimo. Para o senador, o Legislativo não pode correr o risco de aprovar um projeto que venha depois a ser vetado pelo presidente Collor, resultando na definição da situação dos salários através de Medida Provisória.

- Temos que dialogar, avançar nas conversas e negociações, sabendo que isto não implica em perda da lealdade programática e partidária - disse o senador por Brasília. Ele ressaltou o fato de que, diante da gravidade da crise que o país atravessa, não se pode manter posições idealistas e radicais, e sim buscar a conciliação e o entendimento das forças políticas, com o objetivo de garantir a ordem

política e social.

- É preciso que o Congresso aprove uma proposta justa e realista, que possa entender as reivindicações dos trabalhadores no momento em que a inflação volta a crescer - afirmou ainda Maurício Correa.

O senador agradeceu o convite do líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correa (BA), para que participasse das negociações do projeto naquela casa, tendo em vista que o Senado dificilmente terá o tempo ideal para discutir a matéria quando esta lhe for remetida, depois da aprovação pelos deputados.

Correa ressaltou a necessidade de que o Congresso trabalhe dentro dos prazos, para não agravar seus problemas de imagem junto a opinião pública. "Temos que agilizar nossos trabalhos, e fazer o possível para encontrar um denominador comum com o governo", afirmou.

Informe Econômico

Diretoria e principais executivos de um banco de negócios em São Paulo reuniram-se semana passada para uma avaliação estratégica da economia e seus agentes. No final, fizeram uma pesquisa: cada um deveria colocar num papel o mês da queda do ministro Marcílio Marques Moreira. Sabem qual foi o mês mais distante? Novembro, deste ano.

Até o lançamento do emendão. Havia de fato um sentimento de que a administração Marcílio seria breve. A maioria das empresas e dos empresários trabalhavam com um mesmo cenário: inflação em alta, não explosiva, mas permanente, até passar dos 20 por cento, quando o governo terá de fazer alguma coisa, com outro ministro.

É um cenário fácil de formular, porque baseado no que aconteceu antes.

Não quer dizer que vai se realizar, mas quer dizer que é ruim a expectativa em relação a política econômica. Tem três maneiras de o governo mudar essa expectativa: segurar a inflação, acertar um bom acordo para a dívida externa, acertar uma boa negociação em torno do emendão.

Não é fácil.

Mas se fosse fácil, já teria sido feito, não é mesmo?

INFLAÇÃO, NÃO

A ex-ministra Zélia Cardoso de Mello esclarece que seu futuro Instituto do Brasil vai tratar de tudo menos de projeção de inflação. Esse tipo de projeção, normalmente para cima, era uma das coisas que mais aborreciam Zélia Cardoso quando ministra.

PORÉM...

O presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Celulose, Boris Tabacof, considerou bom o emendão. A proposta do governo Collor para alterar 44 artigos da Constituição. Entretanto, Tabacof considera perigosa a idéia de se mudar a destinação dos recursos do PIS/PASEP. Até aqui uma das fontes de recursos do BNDES. Tabacof acha que o BNDES não pode ser esvaziado, mesmo porque é hoje o único que financia grandes projetos industriais do setor privado.

NOTA PRETA

Grandes bancos andaram ganhando muito dinheiro na semana passada. Um deles, dos maiores, fez a festa na quarta, dia 21. Vendeu CBD's para clientes de sua ampla rede, pagando juros anuais de 480 por cento. E emprestou o dinheiro arrecadado para outros bancos, menores e sem capacidade de captação direta junto ao público, a nada menos que 610 por cento ao ano.

Tem negócio melhor que tomar a 480 por cento e emprestar a 610 por cento?

LAGOSTA

Maus ventos sopraram no litoral do Ceará. Ventos fortes, mar revolto, a lagosta se afastou para águas mais profundas. Resultado: Está caindo a receita com exportação de lagosta.

Normalmente, o Ceará exporta US\$ 40 milhões por ano. Neste ano, se chegar a 35 milhões, o pesoal vai fazer festa.

A boa notícia é que o Japão começou a comprar lagosta. Este ano, foram para lá 300 toneladas de lagosta inteira cozida. Até aqui, 70 por cento da produção vão para os Estados Unidos.

VARIÇÕES

Alguns dados da pesquisa da revista exame sobre as 500 melhores e maiores empresas brasileiras, conforme seu desempenho em 1990:

Dos 32 setores em que se dividem as empresas, o campeão de vendas é o de alimentos. Com US\$ 15,3 bilhões. São 57 companhias.

Em segundo lugar, um pouco atrás, veio o setor de automóveis e peças, com vendas de US\$ 15 bilhões. Mas o setor é mais concentrado, são apenas 27 empresas.

O setor de alimentos teve rentabilidade positiva (lucro líquido de 0,7 por cento sobre as vendas), mas menor do que em 1989. A mesma coisa aconteceu com o setor de automóveis e peças (a rentabilidade caiu de 4,3 para 1,9 por cento).

Os setores que apresentaram maior rentabilidade no ano passado foram os de bebida e fumo (4,5 por cento de lucro líquido sobre as vendas, depois do Imposto de Renda), construção pesada (4,2 por cento) e farmacêutico (4,1 por cento). Todos esses setores conseguiram aumentar sua rentabilidade em relação a 1989, embora 1990 tenha sido um ano péssimo. O breve período de preços livres deve ter algo a ver com isso. Houve setores que tentaram tirar o pé da lama.

NEGÓCIOS DE VOLTA

O Kuwait voltou a comprar frango do Brasil, negócio suspenso desde a guerra do Golfo. As compras não foram reiniciadas logo depois da guerra porque as câmaras frigoríficas estavam danificadas. Agora, as coisas voltam ao normal. Somente em agosto, foram encomendadas 600 mil toneladas de frango, boa parte da Sadia. Isso corresponde a quase 80 por cento do fluxo antes do conflito com o Iraque. A carne de frango é um dos principais itens da pauta de importações kuwaitianas.

NA ALÇA DA MIRA

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) já tem pronta a lista dos investidores acusados de manipular os preços das ações da Telebrás. Nos últimos 30 dias, todas as operações foram fechadas na Bolsa de Valores de São Paulo. A CVM vai chamar esse pesoal, com o objetivo de investigar se e como os investidores souberam antecipadamente de detalhes do balanço da Telebrás. A investigação constará também se há ou não pessoas do governo envolvidas na especulação.

Carlos Alberto Sardenberg,
com sucursais AJB

Mudanças na Constituição é defendida por Mailson

S. PAULO - O ex-ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, defendeu a reforma da Constituição como condição indispensável não só para uma efetiva reforma fiscal e tributária, como para o país sair da crise que atravessa. O ex-ministro que falou quarta-feira durante a sessão de abertura da Conat/91, Encontro Nacional dos Distribuidores Atacadistas e que terminou na sexta-feira em São Paulo, afastou a idéia do chamado "imposto único", proposto pelo economista Marcos Cintra de Albuquerque, da Fundação Getúlio Vargas: "Nenhum país adotou tal solução até hoje, o que comprova a inviabilidade da idéia" - justificou.

Mailson considerou que a economia já vive uma situação de certa recuperação do poder de compra dos salários e, conseqüentemente, do emprego, embora não superem dois terços dos níveis de 1985.

A Conat 91 reuniu cerca de mil participantes, entre distribuidores atacadistas de produtos industrializados, indústrias fornecedoras e varejistas de todo o país, para um amplo debate sobre o setor, que atualmente movimentava o equivalente a 7 por cento do PIB - aproximadamente 25 bilhões de dólares.

De acordo com o presidente da entidade promotora do evento - a ABAD - Associação Brasileira dos Distribuidores Atacadistas de Produtos Industrializados -, Ruy Carlos Silva, o setor, que sofreu queda superior a 30 por cento com os sucessivos planos econômicos, decidiu enfrentar o desafio, atuando com criatividade, competência e racionalidade, sem favorecimentos públicos, encontrou seu caminho para a sobrevivência.

O segmento dos distribuidores atacadistas, formado por cerca de 3 mil estabelecimentos, é responsável por mais de 60 por cento das vendas da indústria de produtos básicos, em mais de 600 mil pontos de venda, na totalidade dos municípios brasileiros.



O Ex-ministro Mailson defende as reformas

COLUNA LUIS NASSIF

Começou a grande discussão

A alta da inflação obrigou o governo a antecipar o início das discussões sobre a reforma administrativa. O pacote de sugestões anunciado ontem põe o dedo na ferida em muitas inconsistências da última carta constitucional e constitui-se, desde já, no mais atrevido conjunto de medidas já sugerido para a superação da crise do financiamento do setor público. Os estudos tiveram início com Antonio Kandir e foram detalhados pela atual equipe.

Mas há que se percorrer um longo caminho até o entendimento.

Do ponto de vista dos governadores, o pacote pode ser palatável. Propõe a consolidação de todas as dívidas dos Estados no Tesouro Federal. Depois, a assinatura de um acordo entre Estados e União para pagamento da dívida em 20 anos. Além disso, cria um fundo capaz de financiar os Estados que necessitem comprometer mais do que 15% de suas receitas no saneamento de suas dívidas, e impõe uma série de punições a quem não cumprir a sua parte.

Do ponto de vista do Congresso, no entanto, as propostas de mudança constitucional ferem uma gama tão ampla de interesses que a úni-

ca possibilidade de serem aprovadas seria o governo federal conseguir convencer a opinião pública de que a alternativa é o caos.

Diz o ministro Marcílio Marques Moreira a seção: "A situação é suficientemente grave para permitir um consenso. A crise tem a vantagem de proporcionar mudanças. Precisamos aproveitar o momento".

As propostas vão à mesa ainda sem as sugestões da comissão de reforma tributária. O ministro explica que na quarta-feira solicitou à comissão que acelerasse seus estudos, para que parte deles possa ser enganchado a este pacote de alterações constitucionais. De fato, a crise colocou o carro à frente dos bois.

A lista dos interesses contrariados é ampla, por exemplo:

Trabalhadores: Desvio de 40% do fundo de amparo ao trabalhador (fato) por dois anos para financiar dívidas dos Estados.

Empresários em geral: Reduz disponibilidades do BNDES, que é gestor dos recursos do FAT.

Empresários do Norte e Nordeste: Reduz em 80% disponibilidades do Finor e Finam por dois anos.